



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:

(DO SR. FERNANDO ZUPPO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que "dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do art. 220 da Constituição Federal", e dá outras providências.

DESPACHO: 01/07/98 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.210, DE 1997)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 03 / 08 / 98

REGIME DE TRAMITAÇÃO

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /

PROJETO DE LEI Nº 4.683 DE 1998

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 4.683, DE 1998
(DO SR. FERNANDO ZUPPO)

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que "dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do art. 220 da Constituição Federal", e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.210, DE 1997)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º
"

"§ 2º É vedado o uso dos produtos fumíferos mencionados no *caput* deste artigo nas aeronaves em vôos comerciais domésticos, regulares ou não, e nos veículos de transporte coletivo rodoviário, ferroviário e metroviário, em todo o território nacional. (NR)"

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

"Art. 2º
"
"

"§ 3º Os usuários devem ser informados acerca da proibição de que trata este artigo, mediante a fixação de avisos em locais visíveis no interior dos respectivos recintos, veículos e aeronaves.

"§ 4º No caso do transporte aéreo, a informação acerca da proibição do uso de produtos fumíferos deverá constar, ainda, dos bilhetes de passagem e da exposição oral das instruções de segurança exigida pela legislação internacional."



Art. 3º Acrescente-se o seguinte artigo após o art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996:

"Art. 2ºA O descumprimento da proibição definida no § 2º do art. 2º desta lei sujeita o usuário de produtos fumíferos a multa, nos termos do regulamento, cabendo a fiscalização à autoridade responsável pela concessão dos serviços."

Art. 4º Esta lei entra em vigor no prazo de trinta dias contados da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os males causados pelo consumo de produtos fumíferos, como cigarros e charutos, são bastante conhecidos. Doenças cardiovasculares, problemas respiratórios crônicos, como bronquite e enfisema, além de diversos tipos de câncer, particularmente aqueles que afetam os órgãos respiratórios.

Mais recentemente, as pesquisas têm avançado no sentido de determinar os riscos a que estão sujeitos os chamados "fumantes passivos", ou seja, aquelas pessoas que, embora não sendo fumantes, estão sujeitas à fumaça do tabaco, seja em seu local de trabalho, seja em casa. Já está comprovado, por exemplo, que os fumantes passivos correm um risco 30% maior de sofrer um problema cardiovascular ou vir a ter câncer de pulmão do que as pessoas que não estão expostas à fumaça do tabaco.

À vista dessas pesquisas, pode-se considerar um grande passo a entrada em vigor da Lei nº 9.294/96, que veda o uso de produtos fumíferos "em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente". No que se refere a aeronaves e veículos de transporte coletivo, entretanto, o texto legal admite o uso de produtos fumíferos depois de transcorrida uma hora de viagem e desde que exista, nos referidos veículos e aeronaves, parte especialmente reservada aos fumantes.

Não obstante o avanço representado pela Lei nº 9.294/96,



CÂMARA DOS DEPUTADOS



entendemos inadmissível a tolerância do uso de produtos fumíferos em veículos de transporte coletivo e aeronaves.

Um primeiro ponto a ser considerado diz respeito à impossibilidade de se isolar convenientemente a parte reservada aos fumantes, o que permite que a fumaça produzida espalhe-se uniformemente pelo interior do veículo ou aeronave, atingindo as alas de não-fumantes. Outro aspecto a ponderar é a insuficiência de aeração nestes meios de transportes, principalmente nos aviões, mas também nos ônibus, visto que muitos deles possuem sistema de ar condicionado.

Nos aviões, o potencial nocivo da fumaça se agrava, pois a pressurização da cabine, em geral, corresponde a 80% da pressão ao nível do mar, o que já significa um suprimento menor de oxigênio. O índice de umidade relativa do ar varia entre 10 e 20%, ou seja, bem abaixo do recomendado pelos especialistas em saúde pública, o que dificulta ainda mais o funcionamento do aparelho respiratório.

Ademais, por medida de economia, os sistemas de ventilação das aeronaves devolvem para o interior da cabine 40% do ar retirado. Não obstante a existência de filtros de alta capacidade, eles não conseguem eliminar totalmente os poluentes, resultando, ao final de pouco tempo, numa atmosfera carregada de monóxido de carbono, nicotina e outras substâncias lesivas à saúde das pessoas.

Diante desses fatos, as associações médicas, tanto no Brasil quanto no exterior, têm sido unâimes em afirmar a necessidade de se estabelecer uma total proibição do fumo no transporte aéreo, assim como em todos os recintos onde as condições de ventilação sejam precárias. É exatamente neste sentido que estamos apresentando a presente proposição que, esperamos, virá a contar com o decisivo apoio de todos os membros desta Casa.

Sala das Sessões, em 01 de Junho de 1998.


Deputado FERNANDO ZUPPO

80014800.049



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 220 - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º - Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"



§ 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º - Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º - A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

.....
.....



LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996

DISPÕE SOBRE AS RESTRIÇÕES AO USO
E À PROPAGANDA DE PRODUTOS
FUMÍGEROS, BEBIDAS ALCOÓLICAS,
MEDICAMENTOS, TERAPIAS E
DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, NOS TERMOS
DO § 4º DO ART. 220 DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL.

.....

Art. 2º - É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente.

§ 1º - Incluem-se nas disposições deste artigo as repartições públicas, os hospitais e postos de saúde, as salas de aula, as bibliotecas, os recintos de trabalho coletivo e as salas de teatro e cinema.

§ 2º - É vedado o uso do produtos mencionados no "caput" nas aeronaves e veículos de transporte coletivo, salvo quando transcorrida uma hora de viagem e houver nos referidos meios de transporte parte especialmente reservada aos fumantes.

.....

.....

C-35

SGM - Núcleo de Informática (R: 6008)

Protocolo: 004297

30/07/98 09:51:40

Página: 007

PL.-4683/98

Autor: FERNANDO ZUPPO (PDT/SP)

Apresentação: 01/07/98

Prazo:

Ementa: Projeto de lei que altera a Lei nº 9294, de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do art. 220 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Despacho: Apense-se ao PL. 3210/97.